



Caia na real!

O maior feitiço é a ignorância!

Faça o teste hoje mesmo!

## Sociedade civil declara guerra contra “neocolonialismo” em Moçambique

Mais de trinta organizações de diversos sectores da sociedade civil Moçambicana, entre elas movimentos de camponeses, de mulheres, de direitos humanos e activistas ambientais anunciam a realização da campanha nacional contra aquilo que chamam de privatização da terra e a usurpação e saque de todos recursos naturais no país ou “neocolonialismo”. A sociedade civil identificou o sector da extracção mineira e florestal, o Prosavana, um programa de agro negócio a ser implementado no norte de Moçambique, como sendo um “assunto de agenda comum”, por se considerar um caso claro de neocolonialismo, que deve ser combatido.

Em conferência de imprensa realizada, ontem, em Maputo, as organizações justificaram que a campanha vem responder a uma demanda popular de contestação pela forma como o país está a ser conduzido, a vários níveis. Representada pela Liga

Moçambicana dos Direitos Humanos; Fórum Mulher; União Nacional de Camponeses; Justiça Ambiental e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal, a sociedade civil disse estar ciente dos riscos que corre com realce a morte, detenções, aliciamento. Contudo, afirma de pé juntos que está decidida em não recuar porque o seu plano visa evitar o desenvolvimento justo, onde os camponeses continuam a produzir nas suas terras. “Mesmo a Independência de Moçambique custou vida e nós estamos a desfrutar. Estamos a lutar para o bem das gerações vindouras”, disse Alice Mabote, Presidente da Liga Moçambicana dos Direitos Humanos.

Estrategicamente, a campanha irá traduzir-se em diversas actividades entre as quais marchas, educação popular sobre direito à terra, caravanas

de educação civil das populações rurais e urbanas sobre a governação e técnicas de resistências à invasão dos seus territórios.

O plano é dos resultados da oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), realizada entre sexta-feira a domingo, em Mumemo, distrito de Marracuene, província de Maputo.

A Universidade Popular dos Movimentos Sociais é um espaço aberto de reflexão e produção de conhecimento e para a aprendizagem mútua e colectiva. A UPMS destina-se a activistas, líderes de movimentos sociais e membros de organizações não-governamentais, assim como cientistas sociais, investigadores e artistas “engajados” com a transformação social progressista.

“A UPMS de Mumemo apostou no reforço de um plano de acção colectiva das organizações por ampliar a articulação das lutas e a solidariedade entre organizações da sociedade civil de diversos sectores”, disse a directora executiva do Fórum Mulher.

Graça Samo disse que a campanha visa despertar as comunidades sobre a necessidade de defender os seus direitos. “Não está escrito que a terra está a ser privatizada mas a forma como os investimentos estão acontecer mostra claramente que nos próximos anos os camponeses vão ficar sem

# ☛ Sociedade civil declara guerra...

terra”, anotou. O Prosavana, um programa de agro negócios a ser implementado no norte de Moçambique, no entender da sociedade civil vai usurpar terras, expulsar camponeses e contaminar os solos de cerca de 14 milhões de hectares, ao longo do corredor de Nacala. “Quem nos garante que depois destas terras serem exploradas vão retornar aos camponeses nas mesmas condições?”, questionou Alice Mabote.

“Os participantes do encontro de Marracuene consideram que a forma como o Governo gere a terra e os recursos naturais é uma contradição ao propósito pelo qual conquistou-se a independência nacional, de libertar a terra e o homem”, disse Mabote, acrescentando que eles consideram desumanas a forma como o Governo trata os seus cidadãos e alertam os moçambicanos para que se mobilizem contra atitude do governo.

## **Corrupção pode transformar riqueza em maldição**

O académico acredita que com a actual modelo de desenvolvimento, Moçambique será, no futuro próximo, como Brasil e México, onde há

comunidades sem terra porque os governos cederam pressão dos investidores. “Não obstante Moçambique ser rico em recursos naturais, isto pode ao mesmo tempo significar uma maldição para o povo, devido a má gestão por parte do Governo”, disse Boaventura Sousa Santos, pesquisador Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. De facto, isso verifica-se em países como Nigéria, Angola e Guiné Equatorial, onde por um lado esses países são em petróleo e outros recursos, mas o povo permanece na miséria.

Tal acontece, justifica o investigador, porque os governos controlam a gestão dos recursos apropriam-se através da corrupção e de empresas ligas ao poder político, que faz com que os rendimentos resultantes dos recursos sejam apropriados por um grupo pequeno de famílias e empresas ligadas ao poder.

No entanto, ele citou a Noruega como sendo o único país com sucesso onde os resultados dos investimentos em recursos estão a ser aplicados em áreas sociais.

## **Brasil e Japão não vão acabar com a nudez**

Os dois países oferecem tecnologias, mas o seu objectivo

não é acabar com a nudez em Moçambique. O interesse do Japão é alimentar o mercado internacional e não aos moçambicanos. O Brasil é o melhor consumidor de agrotóxicos no mundo e a técnica de pulverização aérea que exporta para Moçambique é um atentado a saúde públicas. “Algumas comunidades no Brasil já estão como problemas de câncer devido as técnicas de pulverização e isto vai acontecer em Moçambique”, alertou o académico, para quem no Brasil já não terra, daí que corre-se para Moçambique, vítima.

## **Capital estrangeiro é que manda**

Os Moçambicanos estão a perder o controlo dos seus recursos. Em Tete quem dita as regras é a mineradora Vale e não o governo local. “Comunidades há que perderam suas terras porque o executivo do dia pensou nos ganhos imediatos e não o futuro dos camponeses”, lamentou Luís Muchanga da União Nacional de Camponeses e Via Campesina. Muchanga considera que já basta a exploração dos camponeses, acreditando na vitória para o bem das futuras gerações. (AU)